

Prefeitos tentam
reverter situação

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

A Justiça negou pedidos para garantir de imediato candidaturas à reeleição dos prefeitos Chicão Bedin (Sorriso) e Vilson Pires (Paranatinga). Depois de terem contas de gestão reprovadas, eles querem suspender os efeitos da Lei da Ficha Limpa, que impede de participar de novas eleições políticos condenados por órgãos colegiados.

No caso de Bedin, do PMDB, o Tribunal de Justiça manteve nessa segunda-feira (09) a reprovação das contas de gestão do município, o que o enquadra como "ficha suja". A decisão rejeitada foi pedida com efeito liminar (temporária), pois o desembargador José Silvério Gomes alega que esperar o julgamento do mérito do pedido não trará dano irreparável ao prefeito.

Já em relação a Vilson Pires, do PRP, ele também tentou se livrar dos efeitos da reprovação de contas. O problema é que o desembargador Paulo da Cunha afirmou não ver nenhuma ilegalidade na análise do TCE e ressaltou ainda que os conselheiros haviam emitido parecer favorável ao balanço, mas foram os vereadores da cidade que reprovaram as contas. Assim como Chicão Bedin, o prefeito de Paranatinga ainda pode recorrer ou aguardar julgamento final dos recursos. Ambos também podem requerer liminar para garantir o registro de candidatura e disputar sub judice.

Ao todo, Mato Grosso tem cerca de 360 autoridades com contas reprovadas. O número foi apresentado na semana passada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) pelo TCE, que ontem retificou os dados apresentados, retirando 3 agentes públicos da lista: Leomar Amarante Mota, Everaldo Antônio Cazzarotto e Valteir Quirino dos Santos. Além de Bedin e Vilson Pires, os prefeitos Alcir Paulino (Juara), Ernani Sander (Itiquira) e Vilmar Gianchini (Cláudia) também pediram registro de candidatura mesmo estando na lista do TCE.

EVOLUÇÃO ▶ Alguns candidatos à reeleição aumentaram patrimônio em 1000%

Vereadores enriquecem

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

Durante o atual mandato, vereadores por Cuiabá aumentaram em quase 1.000% o próprio patrimônio. O presidente da Câmara Municipal, Júlio Pinheiro (PTB), também pode ser considerado outro fenômeno nos negócios, pois em 2008 declarou à Justiça não ter nenhum bem, mas admite agora ter R\$ 628,6 mil.

A declaração de bens dos vereadores foi entregue à Justiça junto com o pedido de registro de candidatura e chama atenção pela

evolução, principalmente se comparada ao salário de cada um (R\$ 9,2 mil mensais). Dos 15 parlamentares que disputam à reeleição, apenas 4 não aumentaram o patrimônio. (Veja mais detalhes no quadro)

Além de Júlio Pinheiro, outro fenômeno é Marcus Fabrício (PTB), que passou de R\$ 75,4 mil em 2008 para os atuais R\$ 681,3 mil (aumento de quase 1.000%). Na contramão, apenas Everton Pop

(PSD), Clovito Hugueney (PTB), Edívá Alves (PSD) e o pastor Washington Barbosa (PRB) tiveram o patrimônio reduzido. O pastor Washington Barbosa (PRB) garante não ter juntado nada em patrimônio nos últimos 4 anos.

A evolução do patrimônio de políticos tem gerado muitas discussões, principalmente depois que o ex-ministro Antônio Palocci (Casa Civil) não con-

seguiu explicar o próprio enriquecimento e caiu na malha fina da Receita Federal. No caso dos vereadores por Cuiabá, não há indícios de nenhum problema atualmente, mas os números não deixam de impressionar. Além do salário de R\$ 9,2 mil, cada parlamentar tem direito a R\$ 17 mil para contratação de pessoal e R\$ 18 mil a título de verba indenizatória, mas isso não poder ser apropriado por eles.

Outro dado que chamou atenção na declaração de bens é que o empresário Mauro Mendes, candidato do PSB à Prefeitura de Cuiabá, é o mais rico entre os postulantes das capitais brasileiras. Otaviano Piavetta (PDT), de Lucas do Rio Verde (a 354 km da Capital), tem R\$ 321 milhões.

Júlio Pinheiro e Marcus Fabrício, que apresentaram as evoluções patrimoniais mais surpreendentes, não retornaram as ligações de A Gazeta para comentar o assunto. Já o vereador Lúdio Cabral, que passou de R\$ 111,6 mil para R\$ 173,8 mil, não disputará a reeleição porque é o candidato do PT à Prefeitura da Capital.

O professor e analista político João Edison avalia que muitos políticos admitem grande patrimônio por causa da legislação eleitoral, que estabelece limites para os correntes doarem para campanhas. "Quanto maior a declaração, maiores os valores que eles podem doar para si mesmos". Por lei, cada pessoa física pode doar o valor equivalente a 10% de seus rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição. Já a pessoa jurídica, apenas 2% do faturamento bruto obtido no ano anterior ao pleito. No caso de descumprimento, as pessoas físicas ficam sujeitas a pagamento de multa, que não tem natureza tributária, no valor de 5 a 10 vezes a quantia em excesso. As pessoas jurídicas infratoras, além da multa, ficam proibidas de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o poder público pelo período de 5 anos.



Júlio Pinheiro é um fenômeno da economia, saindo de patrimônio zero para R\$ 628 mil

ENRIQUECIMENTO NA CÂMARA DE CUIABÁ

Vereador	2008	2012 (em Reais)
Júlio Pinheiro (PTB)	0	628,6 mil
Marcus Fabrício (PTB)	75,4 mil	681,3 mil
Antônio Fernandes (PSDB)	43 mil	139,2 mil
Luci Ramos (PSDB)	352,2 mil	626,6 mil
Toninho de Souza (PSD)	326 mil	635 mil
Adevair Cabral (PDT)	205 mil	336 mil
Arnaldo Penha (PMDB)	114,1 mil	523,4 mil
Chico 2000 (PR)	115 mil	665 mil
Domingos Sávio (PMDB)	20,6 mil	28 mil
Pastor Washington Barbosa (PRB)	0	0
Paulo Borges (PSDB)	345 mil	565,9 mil
Néviton Fagundes (PTB)	0	135,2 mil
Totó Cézar (PTB)	0	40 mil
Edívá Alves (PSD)	460 mil	242,5 mil
Clovito Hugueney (PTB)	113,4 mil	105,6 mil
Lúdio Cabral (PT)*	111,6 mil	173,8 mil

*Lúdio é candidato a prefeito neste ano

DIVERGÊNCIA ▶

Material de campanha apreendido

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

O jornalista e candidato a vereador Onofre Júnior, do PSB, foi o primeiro a usar as principais vias públicas de Cuiabá com propaganda eleitoral. Ele espalhou ontem cerca de 50 placas na região central, mas todas foram apreendidas no final da tarde por conta de uma lei municipal que proíbe cavaletes, faixas, cartazes e banners fixos ou móveis em praças e canteiros das ruas e avenidas da Capital.

A apreensão foi feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e poderá acarretar em multa, mas o candidato garante que recorrerá à Justiça. "Uma lei municipal não pode se sobrepor ao entendimento do Tribunal Su-

perior Eleitoral (TSE), que permite esse tipo de divulgação. Estamos tranquilos porque, além da propaganda, temos feito tudo na nossa campanha de acordo com o que diz a legislação".

As placas foram colocadas por assessores de Onofre na avenida do CPA, Avenida das Torres, Fernando Corrêa e Juliano Costas Marques. Não é a primeira vez que a lei municipal que proíbe esse tipo de propaganda causa polêmica.

Aprovada em agosto de 2010, foi praticamente ignorada na eleição geral daquele ano. Cidades como Sinop também seguiram o mesmo caminho, mas isso teve pouco efeito na prática, já que o TSE permite a divulgação.

De autoria do vereador Lúdio Cabral, que disputa a Prefeitura pe-

A propaganda eleitoral é autorizada desde o dia 6 desde que não atrapalhe o trânsito, mas poucos concorrentes têm usado as ruas porque ainda aguardam a criação dos respectivos comitês financeiros e doações para a campanha. Com a polêmica, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) deverá se manifestar sobre o assunto nos próximos dias.

De autoria do vereador Lúdio Cabral, que disputa a Prefeitura pe-



Onofre Júnior, primeiro a espalhar cavaletes, diz que vai recorrer à Justiça Eleitoral sobre apreensão

CÂMARA

Cuiabá tem 525 concorrentes

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

Será mais disputada nesse ano a eleição de vereador em Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, apesar da abertura de novas vagas nas câmaras municipais dos 3 maiores colégios eleitorais de Mato Grosso. No caso da Capital, em números absolutos os concorrentes aumentaram 51% se comparados a 2008 e a concorrência passou de 18 para 21 postulantes por cadeira.

Para alguns especialistas, o aumento da concorrência se deve ao fato de que abertura de novas vagas atraiu muitos estreantes para o pleito. Ao todo, foram

criadas 101 cadeiras de vereadores em Mato Grosso nesse ano, passando de 1.295 vereadores para 1.396. O TRE informa ainda que os números podem aumentar, já que alguns pedidos não haviam sido computados porque foram entregues em papel e não por meio eletrônico. A tendência, no entanto, é de pouca alteração.



Mais 65 candidatos pediram registro individual no TRE/MT

João Vieira